

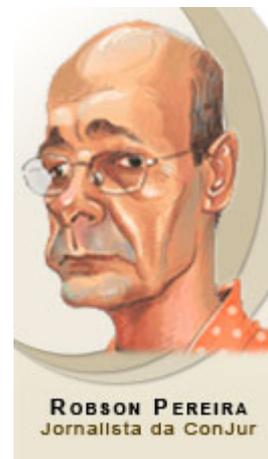


## Estante Legal: Livro analisa ação de TCU sobre convênios federais

Spacca

A natureza jurídica das decisões tomadas pelo Tribunal de Contas da União é tema ainda longe de ter sido pacificado pela comunidade jurídica. Menos polêmico, no entanto, é o reconhecimento de que qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos tem o dever constitucional de prestar contas ao TCU, órgão de controle externo das contas públicas, de importância crucial na vida do país.

Para a grande maioria dos brasileiros — também para a imprensa, de um modo geral — a atuação do tribunal sempre aparece ligada aos megaeventos e obras espetaculares, como as que estão em andamento para a Copa do Mundo de 2014. [\*Jurisprudência do Tribunal de Contas da União Aplicada a Convênios Federais\*](#), recém chegado ao mercado editorial, ajuda a corrigir essa visão ao transferir o foco para uma área que movimentaria rios de dinheiro que deixam os cofres públicos da União todos os meses para, em tese, garantir a execução de programas ou aquisição de bens de interesse público.



ROBSON PEREIRA  
Jornalista da ConJur

Murilo de Miranda Neto, autor da obra, é analista do Ministério da Integração Nacional e atuou na elaboração do [Portal de Convênios do Governo Federal](#), endereço na internet que reúne, de forma obrigatória, toda e qualquer transferência de recursos federais feita pela União para órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos.

No livro, ele traça um roteiro seguro para profissionais que lidam diretamente com transferências de recursos da União, mas que serve também para quem quer ou precisa saber como são processados os repasses. A obra contém ementas de conjunto das decisões sobre interpretações da legislação de convênios federais feitas pelo Tribunal de Contas da União nos últimos sete anos, classificadas por temas, o que facilita o entendimento da legislação e dá uma boa mostra dos programas em andamentos.

Bom exemplo da atuação do TCU no chamado varejo ocorreu na semana passada, com a publicação de um acórdão envolvendo um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fundação de Ação Comunitária para a distribuição de leite à comunidades carentes no estado da Paraíba. Os técnicos do TCU descobriram várias irregularidades praticadas entre 2005 e 2010, entre as quais a inclusão nos cadastros de pessoas que não possuem os requisitos necessários para serem beneficiários do programa e até mesmo a "maquiagem" na qualidade e na quantidade do leite distribuído aos consumidores, o que resultava repasses muito acima dos valores realmente devidos. Além de determinar o recolhimento das quantias recebidas indevidamente aos cofres do Tesouro Nacional, o tribunal também determinou o recadastramento de todos os beneficiários (consumidores e produtores rurais) e a consequente exclusão de todos aqueles que não atendam aos requisitos previstos no programa.

### Serviço:

Título: [\*Jurisprudência do Tribunal de Contas da União Aplicada a Convênios Federais\*](#)

Autor: Murillo de Miranda Basto Neto



Editora: Editora Urbana  
Edição: 1ª Edição — 2013  
Número de Páginas: 328  
Preço: R\$ 59

**Date Created**  
15/07/2013